



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE BARRACÃO

LEI Nº 2.022/2014

FIXA O VALOR PARA PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR/RPV, DECORRENTES DE DECISÕES JUDICIAIS, NOS TERMOS DO ART. 100, PARÁGRAFOS 3º E 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

MARCO AURÉLIO ZANDONÁ, Prefeito Municipal de Barracão, Estado do Paraná, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Barracão, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, nos termos do Art. 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal, sendo procedido à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente – Requisição de Pequeno Valor/RPV.

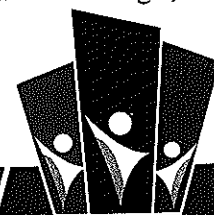
Parágrafo Único. Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações até o valor equivalente a dez salários mínimos.

Art. 2º. Os pagamentos das RPVs de que trata esta Lei serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município e serão atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolados junto a Divisão de Procuradoria.

Art. 3º. Cumpra a Procuradoria Jurídica do Município acompanhar os autos dos processos respectivos para que não ocorra fracionamento, repartição ou quebra do valor de execução, vedados no parágrafo 8º do Art. 100 da Constituição Federal, sem prejuízo da faculdade do credor renunciar ao crédito de valor excedente ao fixado no parágrafo único do Art. 1º desta Lei, para receber através de RPV.

Art. 4º. Para os pagamentos de que trata a presente Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento anual.

Art. 5º. Considerando as disposições do art. 8º da Lei nº 12.153/2009, que disciplinou os Juizados Especiais da Fazenda Pública, fica estabelecido o limite de cinco salários mínimos para que o advogado do Município de Barracão possa conciliar ou transigir,





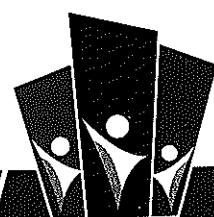
ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BARRACÃO

independentemente de autorização legislativa, mediante parecer com a devida justificativa aprovada pelo Sr. Prefeito Municipal.

Art. 6º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barracão/PR, 30 de junho de 2014.


MARCO AURELIO ZANDONÁ
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/14

LUCINDA RIBEIRO DE LIMA ROSA, PREFEITA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR, a candidata aprovada no CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital Nº 001/11 e Lei Nº 565/14, abaixo relacionada para comparecer Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul, no prazo de 05 (cinco) dias úteis improrrogáveis, no horário de expediente a contar do primeiro dia útil posterior a convocação e após publicado o ato de provimento, para apresentar os documentos abaixo descritos, para a contratação. A candidata deverá apresentar no ato, cópia dos seguintes documentos:

- I - Cédula de Identidade (RG) ou protocolo de identidade e fotocópia;
- II - Cadastro de Pessoa Física (CPF) e fotocópia;
- III - PIS ou PASEP - extrato atualizado se já possuir vínculo empregatício;
- IV - Título de eleitor e fotocópia; Comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência;
- V - Certificado de reservista e fotocópia, quando couber;
- VI - Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir e fotocópia, quando couber;
- VII - Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
- VIII - Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 (dezoito) anos e fotocópia, quando couber;
- IX - Carteira de Vacinação de filhos menores de 5 (cinco) anos e fotocópia, quando couber;
- X - Comprovante de endereço, sem abreviaturas, constando bairro e CEP e fotocópia;
- XI - Comprovante de escolaridade exigida, expedido por entidade reconhecida pelo MEC e fotocópia;
- XII - Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residir nos 5 (cinco) últimos anos;
- XIII - Carteira de Trabalho e fotocópia, onde consta os dados pessoais e dos registros anteriores;
- XIV - Registro no órgão da classe e fotocópia;
- XV - Uma fotografia 3X4 recente, tirada de frente;
- XVI - Atestado da sanidade física e mental;
- XVII - Declaração de que não ocupa outro cargo, emprego ou função pública, em qualquer das esferas do governo, excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, XVI, da Constituição Federal, nem percebe outro benefício proveniente de regime próprio da previdência social ou regime geral de previdência social relativo a emprego público, e declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio, com firma reconhecida, ou cópia da declaração imposto de renda - IRRF;
- XVIII - Para efeito de contratação o candidato aprovado e convocado fica sujeito à aprovação em exame médico físico e psicológico, a ser realizado pelo órgão indicado pela Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul.

CLASSIFICAÇÃO

4º	BRUNA BANDEIRA	PSICOLOGA
Art. 2º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.		

Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, em 02 de julho de 2014.

LUCINDA RIBEIRO DE LIMA ROSA-Prefeita Municipal

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAÇÃO
LEI Nº 2.022/2014

FIXA O VALOR PARA PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR/RPV, DECORRENTES DE DECISÕES JUDICIAIS, NOS TERMOS DO ART. 100, PARÁGRAFOS 3º E 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

MARCO AURÉLIO ZANDONÁ, Prefeito Municipal de Barracão, Estado do Paraná, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Barracão, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, nos termos do Art. 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal, sendo procedido à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente - Requisição de Pequeno Valor/RPV.

Parágrafo Único. Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações até o valor equivalente a dez salários mínimos.

Art. 2º. Os pagamentos das RPVs de que trata esta Lei serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município e serão atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolados junto a Divisão de Procuradoria.

Art. 3º. Cumpre a Procuradoria Jurídica do Município acompanhar os autos dos processos respectivos para que não ocorra fracasso, repartição ou quebra do valor de execução, vedados no parágrafo 8º do Art. 100 da Constituição Federal, sem prejuízo da facultade do credor renunciar ao crédito de valor excedente ao fixado no parágrafo único do Art. 1º desta Lei, para receber através da RPV.

Art. 4º. Para os pagamentos de que trata a presente Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento anual.

Art. 5º. Considerando as disposições do art. 8º da Lei nº 12.153/2009, que disciplinou os Juizados Especiais da Fazenda Pública, fica estabelecido o limite de cinco salários mínimos para que o advogado do Município de Barracão possa conciliar ou transigir, independentemente de autorização legislativa, mediante parecer com a devida justificativa aprovada pelo Sr. Prefeito Municipal.

Art. 6º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barracão/PR, 30 de Junho de 2014.

MARCO AURÉLIO ZANDONÁ-PREFEITO MUNICIPAL

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CMDCA - Flor da Serra do Sul/PR
DELIBERAÇÃO Nº 003/2014

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 028/95, de 24 de abril de 1995, Lei 405/10 de 01 de junho de 2010 e Lei nº 566/2013;

Considerando a deliberação do Conselho em reunião ordinária realizada em 01 de julho de 2014;

Considerando a análise documental apresentada pelos candidatos ao Conselho Tutelar e Suplentes, conforme edital 001/2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Divulgar relação de candidatos classificados preliminarmente:

Francieli de Oliveira
Ivete da Silva Baroni
Marlene de Oliveira
Nadir Schlosser Guimarães

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, 01 de julho de 2014.

Edemeres Zanella-Presidente do CMDCA

Lanchonete e Churrascaria
RODRIGO

Fone: (49) 84135648
Flor da Serra do Sul - PR

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2014

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis Estado do Paraná Torna Público, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e Legislação Complementar, RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL nº 27/2014, sendo que a empresa vencedora cumpriu todas as exigências do edital de licitação, querendo o senhor Prefeito Municipal pode homologar a presente licitação.

OBJETO: Aquisição de medicamentos de distribuição gratuita e materiais hospitalares a serem utilizados nos atendimentos a pacientes nas Unidades Básicas de Saúde de Manfrinópolis/PR, conforme Processo Licitatório na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 27/2014.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS/PR.
CONTRATADO: A. G. KIENEN & CIA LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 41.525,10 (quarenta e um mil quinhentos e vinte e cinco reais e dez centavos), referente ao objeto da licitação.

CONTRATADO: ANGEOMED COM. DE PROD. MED. HOSP. EIRELI
VALOR TOTAL: R\$ 8.511,17 (seis mil quinhentos e onze reais e dezesseis centavos), referente ao objeto da licitação.

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR
VALOR TOTAL: R\$ 35.908,28 (trinta e cinco mil novecentos e oito reais e vinte e oito centavos), referente ao objeto da licitação.

CONTRATADO: DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 24.317,95 (vinte e quatro mil trezentos e dezesseis reais e novecentos e cinquenta centavos), referente ao objeto da licitação.

CONTRATADO: FLORENZANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 27.772,00 (vinte e sete mil setecentos e setenta e dois reais), referente ao objeto da licitação.

CONTRATADO: L. A. DALLA PORTA JUNIOR
VALOR TOTAL: R\$ 17.054,56 (dezessete mil cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), referente ao objeto da licitação.

CONTRATADO: MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI
VALOR TOTAL: R\$ 41.808,12 (quarenta e um mil oitocentos e oito reais e doze centavos), referente ao objeto da licitação.

CONTRATADO: ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 9.993,56 (nove novecentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos), referente ao objeto da licitação.

CONTRATADO: PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MÉD. E LAB.
VALOR TOTAL: R\$ 8.233,95 (oito mil duzentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos), referente ao objeto da licitação.

CONTRATADO: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 13.742,80 (treze mil setecentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos), referente ao objeto da licitação.

CONTRATADO: S&R DISTRIBUIDORA LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 6.755,78 (seis mil setecentos e cinquenta e cinco reais e setenta e oito centavos), referente ao objeto da licitação.

DATA DE ABERTURA: 30 de junho de 2014.

JOZINEI DOS SANTOS
Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAÇÃO
EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2014.

CONTRATO: Nº 017/2014.

CONTRATANTE: Município de Barracão/PR.

CONTRATADA: VSL Terraplanagem e Obras Ltda - ME.

VALOR: Fica aditivado o valor do contrato originário em R\$ 25.387,50 (vinte e cinco mil trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO Nº 028/2014

CLAUDIO GUBERTI, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, a vista do parecer conclusivo exarado pela Pregoeira da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis designada pela portaria nº 2012/2014 de 22 de maio de 2014, resolve:

HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente licitação na modalidade de PREGÃO Nº 028/2014 referente à Aquisição de Computadores e Equipamentos de informática, para atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis - PR, em favor da empresa system informática Ltda com um valor de R\$ 24.082,00 (vinte e quatro mil e oitenta e dois reais) do objeto da licitação, estando em conformidade com a ata de sessão de pregão 028/2014 datada de 27 de junho de 2014. A entrega dos materiais objeto da presente licitação será de 12 (doze) meses, a partir da homologação e assinatura do contrato, o pagamento será efetuado em até 30 dias após emissão de notas fiscais.

Manfrinópolis, 30 de junho de 2014.
CLAUDIO GUBERTI-PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2014

CLAUDIO GUBERTI, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, a vista do parecer conclusivo exarado pela Pregoeira da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis designada pela portaria nº 1942/2014 de 03 de janeiro de 2014, resolve:

HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2014 referente à Pavimentação polidráulica em rodovias do Município de Manfrinópolis/PR, Município de Manfrinópolis, em favor da empresa ERI ANTUNES & CIA LTDA - ME com um valor de R\$ 1.035.940,02 (um milhão trinta e cinco mil novecentos e quarenta reais e dois centavos) do objeto da licitação, estando em conformidade com a ata de sessão de TOMADA DE PREÇOS 003/2014 datada de 24 de junho de 2014. A execução da obra objeto da presente licitação será pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da homologação e assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 02 de julho de 2014.
CLAUDIO GUBERTI-PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAÇÃO
DECRETO Nº 227/2014

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MARCO AURÉLIO ZANDONÁ, Prefeito Municipal de Barracão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da legislação vigente,

CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Conselho Espontaneamente designado pela Portaria nº 026/13, de 19 de abril de 2013, para avaliação da progressão funcional;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a progressão funcional, nos termos da Lei Municipal 1.870/11 e 1.806/05, conforme relatório apresentado pela comissão, o que deverá ocorrer pela forma e critérios a seguir relacionados.

Parágrafo Único. Funcionários que obtiveram Progressão Funcional de 01 (um) nível na Tabela Salarial, conforme § 1º do artigo 1º da Lei 1606/07. - **TEMPO DE SERVIÇO:**

NAT	INGRESSO	FUNCIONÁRIO	CARGO	NÍVEL TABELA SALARIAL ATUAL	NÍVEL TABELA SALARIAL PROGRESSÃO
18	02/08/93	Ara Damião Buganga Rosa	Professora	N3-F	N3-G
281	05/04/04	Ara Damião Buganga Rosa	Professora	N3-F	N3-G
34	21/07/90	Aniele Dias	Professora	N3-F	N3-G
773	03/04/04	Aniele Dias	Professora	N3-F	N3-G
847	03/05/04	Isela Heloisa	Professora	N3-F	N3-G
1.033	07/04/10	Deidre Viana	Professor	N2-F	N2-G

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente decreto em vigor na data de sua publicação.

Barracão/PR, 01 de julho de 2014.

MARCO AURÉLIO ZANDONÁ-PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAÇÃO
DECRETO Nº 227/2014

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MARCO AURÉLIO ZANDONÁ, Prefeito Municipal de Barracão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da legislação vigente,

CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Conselho Espontaneamente designado pela Portaria nº 026/13, de 19 de abril de 2013, para avaliação da progressão funcional;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a progressão funcional, nos termos da Lei Municipal 1.870/11 e 1.806/05, conforme relatório apresentado pela comissão, o que deverá ocorrer pela forma e critérios a seguir relacionados.

Parágrafo Único. Funcionários que obtiveram Progressão Funcional de 01 (um) nível na Tabela Salarial, conforme § 1º do artigo 1º da Lei 1606/07. - **TEMPO DE SERVIÇO:**

NAT	INGRESSO	FUNCIONÁRIO	CARGO	NÍVEL TABELA SALARIAL ATUAL	NÍVEL TABELA SALARIAL PROGRESSÃO
18	02/08/93	Ara Damião Buganga Rosa	Professora	N3-F	N3-G
281	05/04/04	Ara Damião Buganga Rosa	Professora	N3-F	N3-G
34	21/07/90	Aniele Dias	Professora	N3-F	N3-G
773	03/04/04	Aniele Dias	Professora	N3-F	N3-G
847	03/05/04	Isela Heloisa	Professora	N3-F	N3-G
1.033	07/04/10	Deidre Viana	Professor	N2-F	N2-G

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente decreto em vigor na data de sua publicação.

Barracão/PR, 01 de julho de 2014.

MARCO AURÉLIO ZANDONÁ-PREFEITO MUNICIPAL

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná - DIOEMS

Quinta-Feira, 03 de Julho de 2014

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano III – Edição Nº 0631

Página 2 / 051

CONVITE PARA CHAMADA PÚBLICA

O Município de Ampére, Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Esportes e Secretaria de Fomento Agropecuário torna público que realizará no dia 10 de Julho de 2014, as 14:00 horas nas Dependências da Câmara Municipal de Vereadores, Chamada Pública, referente aquisição de produtos para merenda escolar da agricultura familiar em caráter complementar. Os Produtos Orgânicos deverão possuir certificação orgânica e certificadora reconhecida pelo Ministério da Agricultura.

Ampére (PR), 03 de Julho de 2014.

LUIZ CARLOS GRZEBIELUCKAS

Prefeito Municipal em Exercício

Ced154230

CÂMARA

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE DIÁRIA

Fica retificado o Extrato da Diária nº 13/2014, 14/2014, 15/2014, 16/2014

Onde lê-se: Extrato de Diária nº 13/2014,

Leia-se: Extrato de Diária nº 14/2014

Onde lê-se: Extrato de Diária nº 14/2014,

Leia-se: Extrato de Diária nº 15/2014

Onde lê-se: Extrato de Diária nº 15/2014,

Leia-se: Extrato de Diária nº 16/2014

Onde lê-se: Extrato de Diária nº 16/2014,

Leia-se: Extrato de Diária nº 17/2014

Ced104125

BARRAÇÃO

PREFEITURA

LEI Nº 2.022/2014

FIXA O VALOR PARA PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR/RPV, DECORRENTES DE DECISÕES JUDICIAIS, NOS TERMOS DO ART. 100, PARÁGRAFOS 3º E 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

MARCO AURÉLIO ZANDONÁ, Prefeito Municipal de Barracão, Estado do Paraná, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Barracão, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, nos termos do Art. 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal, sendo procedido à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente – Requisição de Pequeno Valor/RPV.

Parágrafo Único. Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações até o valor equivalente a dez salários mínimos.

Art. 2º. Os pagamentos das RPVs de que trata esta Lei serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município e serão atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolados junto a Divisão de Procuradoria.

Art. 3º. Cumpre a Procuradoria Jurídica do Município acompanhar os autos dos processos respectivos para que não ocorra fracionamento, repartição ou quebra do valor de execução, vedados no parágrafo 8º do Art. 100 da Constituição Federal, sem prejuízo da faculdade do credor renunciar ao crédito de valor excedente ao fixado no parágrafo único do Art. 1º desta Lei, para receber através de RPV.

Art. 4º. Para os pagamentos de que trata a presente Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento anual.

Art. 5º. Considerando as disposições do art. 8º da Lei nº 12.153/2009, que disciplinou os Juizados Especiais da Fazenda Pública, fica estabelecido o limite de cinco salários mínimos para que o advogado do Município de Barracão possa conciliar ou transigir, independentemente de autorização legislativa, mediante parecer com a devida justificativa aprovada pelo Sr. Prefeito Municipal.

Art. 6º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barracão/PR, 30 de junho de 2014.

MARCO AURÉLIO ZANDONÁ

PREFEITO MUNICIPAL

Ced104166

LEI Nº 2.023/2014

CRIA OS COMPONENTES DO MUNICÍPIO DE BARRAÇÃO, ESTADO DO PARANÁ DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, DEFINE OS PARÂMETROS PARA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO AURÉLIO ZANDONÁ, Prefeito Municipal de Barracão, Estado do Paraná, no exercício de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de Barracão aprovou e eu sanciono a presente Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei cria os componentes municipais do SISAN, bem como define parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, com o Decreto nº 6.272, de 2007, o Decreto nº 6.273, e o Decreto nº 7.272, de 2010, com o propósito de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Art. 2º. A alimentação adequada é direito básico do ser humano, indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal e Estadual, cabendo ao poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional de toda a população.

§ 1º. A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais do Município, com prioridade para as regiões e populações mais vulneráveis.

§ 2º. É dever do poder público, além das previstas no caput do artigo, avaliar, fiscalizar e monitorar a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada, bem como criar e fortalecer os mecanismos para sua exigibilidade.

Art. 3º. A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Parágrafo Único. A Segurança Alimentar e Nutricional inclui a realização do direito de todas as pessoas terem acesso à orientação que contribua para o enfrentamento ao sobrepeso, a obesidade, contaminação de alimentos e mais doenças consequentes da alimentação inadequada.

Art. 4º. A Segurança Alimentar e Nutricional abrange:

I – a ampliação das condições de oferta acessível de alimentos, por meio do incremento de produção, em especial na agricultura tradicional e familiar, no processamento, na industrialização, na comercialização, no abastecimento e na distribuição nos recursos de água, alcançando também a geração de emprego e a redistribuição da renda, como fatores de ascensão social;

II – a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais;

III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos consumidos pela população, bem como seu aproveitamento, promovendo a sintonia entre instituições com responsabilidades afins para que estimulem práticas e ações alimentares e estilos de vida saudáveis;

V – a produção de conhecimentos e informações úteis à saúde alimentar, promovendo seu amplo acesso e eficaz disseminação para toda a população;

VI – a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características territoriais e etno-culturais do Estado;

VII – a adoção de urgentes correções quanto aos controles públicos sobre qualidade nutricional dos alimentos, quanto a tolerância com maus hábitos alimentares, quanto a desinformação sobre saúde alimentar vigente na sociedade em geral e nos ambientes sob gestão direta e indireta do Poder Público, quanto a falta de sintonia entre as ações das diversas áreas com responsabilidades afins, como educação, saúde, publicidade, pesquisa estimulada e ou apoiada por entes públicos, produção estimulada de alimentos mediante critérios fundamentados, dentre outros.

Art. 5º. A consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional, requer à soberania do Estado sobre a produção e o consumo de Alimentos.

Art. 6º. O Município de Barracão, Estado do Paraná, deve empenhar-se na promoção de cooperação técnica com o Governo Estadual e com os demais municípios do Estado, contribuindo assim para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

CAPÍTULO II

DOS COMPONENTES MUNICIPAIS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 7º. A consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional da população municipal far-se-á por meio do SISAN, integrado, no Município de Barracão, Estado do Paraná, por um conjunto de órgãos e entidades, afetas à Segurança Alimentar e Nutricional.

Parágrafo único. A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN Municipal e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo, respeitada a legislação aplicável.

Art. 8º. O SISAN reger-se pelos princípios e diretrizes dispostas na Lei 11.346 de setembro de 2006.

Art. 9º. São componentes municipais do SISAN:

I – a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional instância responsável pela indicação ao COMSEA Municipal das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como pela avaliação do SISAN no âmbito do Município;

II – o COMSEA, órgão vinculado ao Departamento de Educação e Departamento de Assistência Social;

III – a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, integrada por Diretores responsáveis pelas pastas afetas à consecução da Segurança Alimentar e Nutricional, com as seguintes atribuições, dentre outras:

a) elaborar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, observando os requisitos, as dimensões, as diretrizes e os conteúdos expostos no Decreto nº 7272/2010, bem como os demais dispositivos do marco legal vigente, as diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e do COMSEA, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e os instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

b) monitorar e avaliar a execução da Política e do Plano.

Parágrafo único. A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, CAISAN, será presidida pelo titular do Departamento de Educação, e seus procedimentos operacionais serão coordenados no âmbito da Secretaria Executiva da CAISAN.

IV – os órgãos e entidades de Segurança Alimentar e Nutricional, instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios,



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil. AAMSOP – Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site.



Certificação Oficial de Tempo do Observatório Nacional - Ministério da Ciência e Tecnologia
Para consultar a autenticidade do carimbo do tempo, informe o código ao lado no site.

1447443264

<http://amsop.dioems.com.br>